

Alvaro diz que PMDB será partido de Centro

AmL PA X

27 AGO 1981

JORNAL DE BRASÍLIA

Rio — O PMDB se tornará um partido de Centro, com tendências progressistas, após a promulgação da Constituição. O racha é inevitável e será "até «salutar» para o partido". Disse ontem, no Rio, o governador do Paraná, Alvaro Dias, após a solenidade de posse do novo presidente da Rede Ferroviária, referindo-se ao esboço de Constituição, entregue ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. Dias foi enfático: "O parlamentarismo precisa de instituições mais aprimoradas".

Colocando-se na mesma posição do governador do Rio, Moreira Franco, Alvaro Dias defendeu a convocação de um plebiscito, caso a forma de Governo aprovada seja o parlamentarismo.

De acordo com o governador, o

parlamentarismo é um regime ideal, mas não para o momento atual do Brasil, que tem um quadro político conturbado: "É preciso organizar primeiro a estrutura pública com eficiência e organizar partidos políticos fortes, depois, sim, o parlamentarismo terá êxito. Agora, o parlamentarismo pode frustrar mais uma vez a sociedade brasileira. Como já ocorreu uma vez nos anos 60".

Para Alvaro Dias, como o sistema parlamentarista não foi debatido em profundidade durante a campanha eleitoral, é essencial que o debate seja levado às ruas e um plebiscito marcado, no caso de aprovação desse sistema de Governo: "A população precisa decidir diretamente sobre questão de fundamental importância para o País".

José Hugo vê fim das frentes

Embora sem fazer referência ao PMDB, ao qual é filiado, o ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, disse ontem à noite, em Belo Horizonte, que, após a promulgação da nova Constituição, "tendências contrárias e posições conflitantes não se abrigarão mais sob uma mesma sigla. A fase das frentes partidárias, que deita suas raízes ou tem sua gênese no artificialismo do sistema partidário, criado por ato do regime de arbitrio, termina ao final da transição do regime autoritário para a democracia". Ele defendeu o regime presidencialista.

José Hugo Castelo Branco posicionou-se contra a criação do pretendido Estado do Triângulo (desmembramento do Triângulo Mineiro de Minas Gerais), salientando que é "das Minas Gerais, eterna e indivisível".

O ministro criticou severamente os que defendem a redução da carga horária de trabalho e "propõem

a instituição da estabilidade quase instantânea". Segundo ele, "a Nação brasileira já não suporta mais conviver com este tipo de demagogia".

O ministro da Indústria e do Comércio argumentou que "concluída a fase de transição, as diversas correntes de opinião, representadas e conflitantes em um mesmo partido, buscarão o seu leito natural. As agremiações políticas de tendências cromáticas e de matizes diversos sofrerão, inevitavelmente, processo de depuração e consequente cristalização de sua linha programática".

No seu entendimento, esse fato beira "os limites do óbvio". Ele ressaltou que, com a nova Constituição, "é imperioso que seja encerrada a fase da torre de Babel partidária" e expressou a sua "profunda preocupação" com a possibilidade de ser aprovada, pela Assembléia Nacional Constituinte, a forma de Governo parlamentarista.